



Ministério da Transparência, Fiscalização e Controle

Transparência Pública

*Realizações
Projetos e Perspectivas*



Marcos da Transparência no Brasil

Acesso à
informação
como direito
fundamental

1988

LRF

2000

Portal da
Transparência

2004



Páginas de
Transparência

2005

2009

Carta de Serviços
LC 131

2011

LAI
remuneração de servidores,
Dados.gov.br e INDA



2013

Portal de Serviços
2º Plano OGP
Brasil Transparente

Decreto de
Dados Abertos

2016





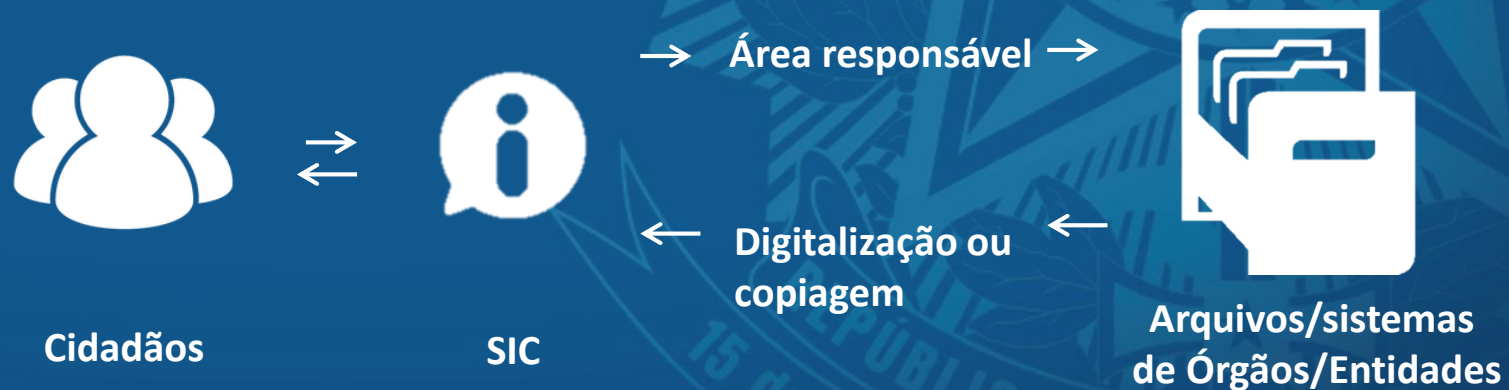
Transparência Ativa

Processo de difusão



Transparência Passiva

Processo de comunicação





Transparência Ativa

Origem das demandas de transparência ativa

As obrigações de transparência ativa surgem de diversos normativos e a CGU acompanha essas demandas para monitorar a implementação e apoiar os órgãos e entidades. Ademais, o Ministério tem provocado que os órgãos vão além das obrigações e atendam as demandas da sociedade.



Leis específicas

LC 131, Lei de Acesso a Informação



Outras normas

LDO, Lei das Estatais, Lei de Conflito de Interesses, Decreto 8.777



Constituição

Pelo princípio da Transparência



Sociedade

Conhecer e monitorar a ação do Estado



Transparência Ativa

Obrigações definidas nos artigos 48 e 48-A da LRF

A LC nº 101/2001, alterada pela LC nº 131/2009, prevê obrigações de prestar contas da gestão fiscal na *internet* em tempo real.

O não cumprimento enseja punições, como a suspensão das transferências voluntárias de recursos pela União.



Instrumentos

*Leis e relatórios
orçamentários, versões
simplificadas*



Punição

*Suspensão de
transferências
voluntárias*



Meios

*Participação popular e audiências públicas na elaboração
orçamentária, informação na internet em tempo real, sistema
integrado de administração financeira e controle*



Transparência Ativa

Obrigações definidas no art. 8º da Lei de Acesso à Informação

Rol mínimo:

- Competências, estrutura, telefones, endereços, horários de funcionamento
- Transferências de recursos
- Despesas
- Licitações e contratos
- Dados de programas, ações, projetos e obras
- Respostas a perguntas frequentes



Comunicação

*Linguagem de fácil
compreensão*



Acessibilidade

*Conteúdo acessível a
pessoas com
deficiência*



Dados abertos

Abertura de bases de dados brutos, em formatos abertos e não-proprietários, estruturados e legíveis por máquina, com detalhamento da estrutura da informação



Transparência Ativa e a CGU

Incentivo contínuo à abertura de informações

A CGU apoia e monitora a implementação das obrigações de transparência ativa pelos diferentes órgãos e entidades do Poder Executivo Federal, além de incentivar a abertura de dados em formato aberto e informações de interesse público.



Apoio

*capacitações e guias
sobre as obrigações*



Fomento

*Contínua abertura de
informações e dados*



Monitoramento

*da implementação no
Executivo Federal*



Instrumentalização

*Por meio do Portal e das
Páginas de Transparência*



Ministério da Transparência, Fiscalização e Controle

Transparência Ativa

Principais meios de acesso disponíveis no Governo Federal



Portal da Transparência

Informações transversais sobre gastos, receitas e servidores públicos



Sites dos órgãos de governo

Padrão de navegação e de informações sobre a instituição, projetos e ações, compras, perguntas frequentes



Ministério da Transparência, Fiscalização e Controle

Portal da Transparência

**Criado em 2004, está em
processo de renovação**

Informações sobre gastos
diretos do Governo Federal,
transferências de recursos,
servidores, programas sociais,
imóveis funcionais, punições a
empresas, entidades sem fins
lucrativos e servidores.

Páginas da transparência
informam os convênios e
recursos federais recebidos
por cada estado ou município.



R\$ 17 trilhões
em despesas



R\$ 406 bilhões
*em convênios e outros
instrumentos de repasse*



R\$ 14 trilhões
em receitas



1,2 milhão
de servidores



Ministério da Transparência, Fiscalização e Controle

Portal da Transparência

**Criado em 2004, está em
processo de renovação**



*Por meio do sistema Push, o
cidadão recebe e-mails
informando repasses feitos ao seu
município. O portal tem mais de*

90 mil cadastrados



Punições

*O portal também traz informações
sobre servidores, cidadãos,
empresas e ONGS sancionadas pela
Administração*



Outras informações

*Imóveis funcionais, beneficiários de
programas sociais, dados sobre as
obras da Copa*



*O Portal traz o detalhamento do
empenho, liquidação e
pagamento, além de informações
sobre a descrição do gasto,
modalidade de licitação e quem
recebe.*



Atualização Diária



Portal da Transparência

Desde a sua criação até
maio de 2016, o Portal
recebeu **68,2 milhões**
de acessos

Em maio de 2016, **1 milhão**
de usuários acessaram o Portal.





Transparência Ativa - Futuro

Novos horizontes da Transparência ativa

O que ainda precisa avançar na oferta de informações proativa, no âmbito do Poder Executivo Federal



Novas informações

Renúncias fiscais

Metas físicas

Notas fiscais

Operações de crédito

Compras

Diário Oficial

*Dados das áreas
finalísticas de interesse
social: saúde, educação,
ambiente, segurança*



Comunicação

*Maior alinhamento
entre demanda e oferta*



Dados abertos

*Aumentar a oferta de
dados em formato aberto*



Transparência passiva no Executivo federal

Competências da CGU estão:

- Instância recursal do Poder Executivo federal e instrução de recursos à CMRI
- Promoção do direito fundamental de acesso à informação.
- Treinamento de agentes públicos
- Monitoramento da aplicação da LAI na administração pública federal
- Relatório anual ao Congresso



390.322

*pedidos de acesso
recebidos, e 384.215
já respondidos*



12

*dias é o tempo médio
de resposta no âmbito do
Poder Executivo federal*



4.797

Recursos à CGU



1.208

*Recursos à CMRI até
31 de maio de 2016*



Ações de fomento à transparência em estados e municípios

CGU: Programa Brasil Transparente

▪ OBJETIVO ESTRATÉGICO

- Apoiar Estados e Municípios na implementação da Lei de Acesso à Informação (LAI), no incremento da transparência pública e na adoção de medidas de governo aberto.

▪ PÚBLICO ALVO

- Estados e Municípios
- Agentes públicos

▪ INSTRUMENTO

- Programa de adesão (Portaria CGU 277/2013)



1.595

adesões de todos os poderes nas esferas estadual e municipal



Material técnico

*Manual de implementação da LAI
Guias de transparência ativa,
regulamentação da LAI em
municípios e portal da transparência*



Ensino a Distância

Mais de 28 mil inscritos

*“Rumo a uma cultura de acesso à informação”
“Regulamentação da LAI nos municípios”*



e-SIC

*Cessão de código fonte
e-SIC Federal
e-SIC Livre*



Ações de fomento à transparência em estados e municípios

CGU: Escala Brasil Transparente

Indicador que tem o objetivo de avaliar o grau de cumprimento de dispositivos da Lei de Acesso à Informação. Seu diferencial é a abordagem de verificação de efetividade da LAI, pois foram feitas solicitações reais de acesso à informação sobre diversas áreas de governo.



1.613

entes federativos avaliados, incluindo todos os estados, capitais e o Distrito Federal



75%

da nota vem do efetivo cumprimento da LAI, incluindo a resposta a pedidos de acesso reais



11,47%

Melhora das notas dos municípios avaliados nas duas rodadas



55,68%

Melhora das notas dos estados e do Distrito Federal



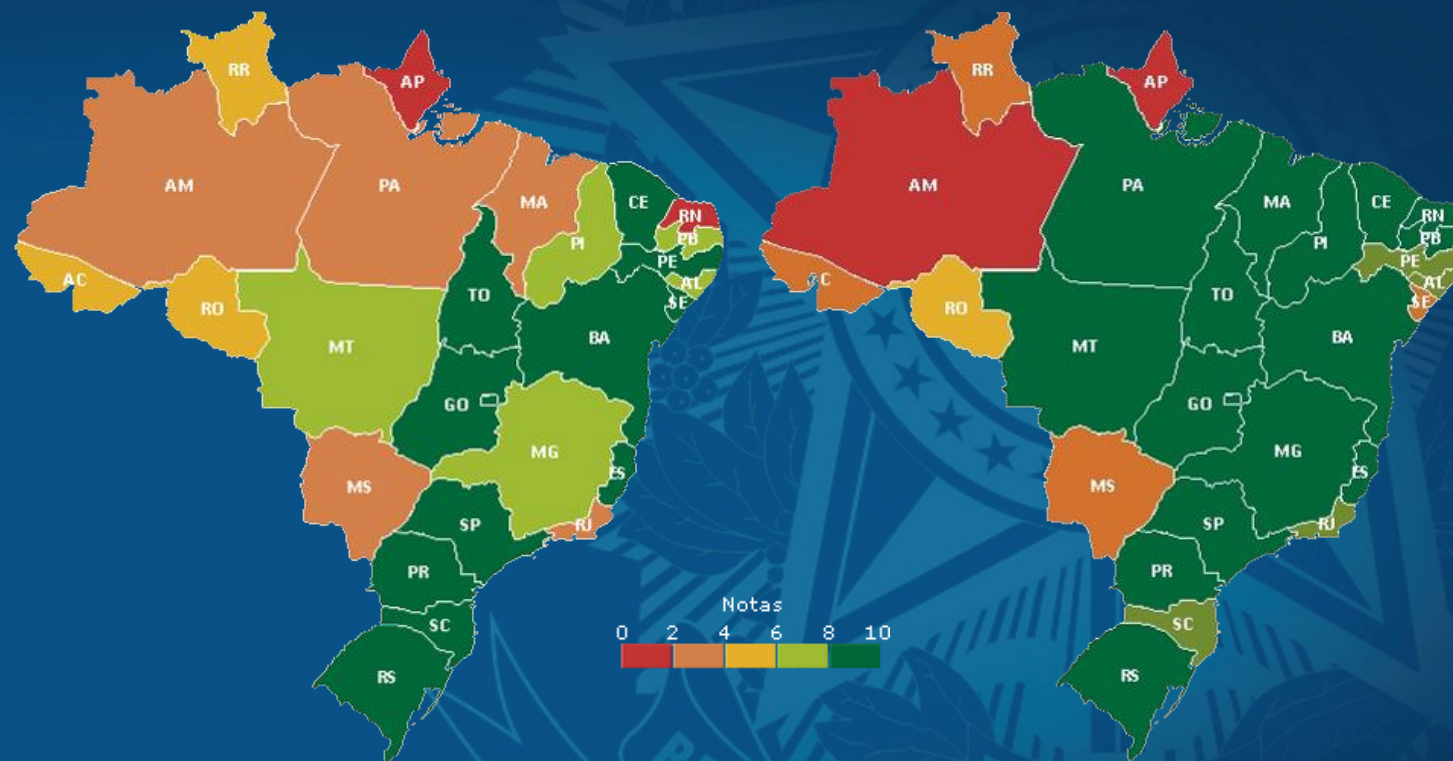
Ações de fomento à transparência em estados e municípios

CGU: Escala Brasil Transparente

- 12 estados e o DF melhoraram de nota
- 6 estados e o DF com nota máxima na segunda rodada
- 28 municípios nota 10 na segunda rodada

1ª RODADA

2ª RODADA





Monitoramento da LC 131

Acordo de Cooperação CGU-ATRICON-IRB-MPOG

O Acordo de cooperação prevê a criação de funcionalidade no SICONV que permitirá aos TCE e TCM inserirem informações sobre descumprimento das determinações contidas nos artigos 48 e 48-A da LRF pelos entes federativos.



Os tribunais de contas estaduais e municipais verificam descumprimento de obrigações de transparência da LRF...

...inserindo esta informação no Siconv.

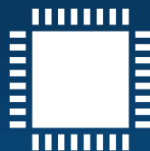
O gestor federal toma conhecimento da irregularidade...

...e aplica o disposto no art. 73-C da LRF, suspendendo as transferências voluntárias de recursos ao ente.



Padronização dos dados

Principais desafios



Diferenças de nível tecnologia



Sistemas contábeis-financeiros distintos



Variedade de termos



Custo de implementação



Acordo federativo



Padronização dos dados

Condições necessárias



Identificar dados mais estratégicos



Padronizar dados, não forma de publicar



Implementar por fases



Criar padrões e metadados



Padronização do plano de contas



Envolver órgãos técnicos



Fornecer recursos para a implementação



Normatizar o processo e obrigatoriedade



Ministério da Transparência, Fiscalização e Controle

Obrigado!

Gilberto Waller Junior
Ouvidor-Geral da União

gilberto.waller-junior@cgu.gov.br
+55 61 2020 6782